



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número 344/XI ( 2 .ª) *Ac*
- PERGUNTA Número /XI ( 2 .ª)

Expeça-se
Publique-se
2011/02/23
O Secretário da Mesa

*[Signature]*

**Assunto: Situação da Escola Luís António Verney, Beato, Lisboa**

**Destinatário: Ministério da Educação**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

Através do Requerimento ao Governo nº 272/XI, o Grupo Parlamentar do PCP requereu ao Governo um conjunto de dados e documentação a que tem regimental e constitucionalmente acesso.

Nesse Requerimento, dados os contornos do problema com que se confrontava e continua a confrontar a comunidade escolar da Escola António Luís Verney, o Grupo Parlamentar do PCP escreveu: "O Grupo Parlamentar do PCP não pode deixar de exigir o esclarecimento total das circunstâncias que envolvem o processo da Escola Luís António Verney, tendo em conta os contornos difusos da evolução que teve. Da Parque Expo, além de não se conhecer o trabalho realizado para com a referida escola ou sequer as condições que determinaram sobre este equipamento a sua responsabilidade, não se sabe o valor das verbas contratualizadas para investimento na referida escola. Se há mais de três anos, em apresentação pública, se anuncia o compromisso da Parque Expo para com uma Escola Pública, é importante conhecer quais os contornos desse compromisso, que protocolos, acordos ou contratos lhe deram forma e cobertura.

É também sabido que em visita recente às instalações da Escola, a Srª Ministra da Educação anunciou que não seria já a Parque Expo a assumir as responsabilidades sobre as instalações da Escola, mas uma outra empresa. No entanto, nada foi assumido no que diz respeito a prazos e planificação dos trabalhos de recuperação e requalificação das instalações, tal como continua imerso em confusão todo o processo. Em diversas ocasiões foi o Conselho Geral informado de que os atrasos no arranque das obras se deviam a um "problema jurídico", nunca lhes tendo sido informado no entanto, de que problema jurídico se tratava nem quais os prazos expectáveis para a sua resolução."





Esse Requerimento foi entregue no dia 20 de Dezembro de 2010 na Mesa da Assembleia da República. No entanto, no dia 21 de Fevereiro, o Governo, através do Ministério da Educação, responde com um conjunto de frases soltas ao requerimento colocado pelo PCP, como se de uma Pergunta se tratasse. Resulta claro que, ou o Governo desrespeitou de forma inaceitável o normativo legal, constitucional e regimental, negando à Assembleia da República o acesso ao conjunto dos documentos requeridos, ou o Governo não terá compreendido o teor do requerimento, podendo inclusivamente tê-lo confundido com outro tipo de instrumento de fiscalização.

Contudo, torna-se evidente a insuficiência dos conteúdos da resposta enviada pelo Governo a este Grupo Parlamentar, dado que em nenhum dos aspectos o texto apresenta os documentos e informações requeridas. Por isso mesmo, torna este Grupo Parlamentar a requerer os documentos abaixo designados, tendo em conta que nenhum daqueles foi remetido a este Grupo Parlamentar.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requeiro ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Educação**, me sejam disponibilizados os seguintes documentos:

1. Conteúdo e cópias do processo, contratos, acordos ou protocolos referentes ao papel da Parque Expo no processo de requalificação da Escola Luís António Verney.
2. Conteúdo e cópia do processo, contratos, acordos ou protocolos, bem como calendarização de prazos e objectivos que tenham sido firmados entre o Estado e qualquer outra entidade com vista à requalificação da Escola Luís António Verney.
3. Planos de investimento e projectos de obras de intervenção que tenham sido até ao momento apresentados ao governo ou elaborados pela administração educativa e referentes à requalificação da Escola Luís António Verney.

Palácio de São Bento, 23 de Fevereiro de 2011

Deputado

Miguel Tiago